



CONGRESSO NACIONAL

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

<b>data</b> <b>25.05.2011</b>	<b>PROJETO DE LEI Nº 8035/2010.</b>
----------------------------------	-------------------------------------

<b>Autor</b>	<b>nº do prontuário</b>
--------------	-------------------------

<b>1 Supressiva</b>	<b>2. Substitutiva</b>	<b>3. Modificativa</b>	<b>4. Aditiva</b>	<b>5. Substitutivo global</b>
---------------------	------------------------	------------------------	-------------------	-------------------------------

<b>Página</b>	<b>Artigo: META 12 Estratégia 12.3</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	--	------------------	---------------	---------------

### TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

#### EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se a estratégia 12.3 da Meta 12 do Anexo do Projeto de Lei nº 8.035/10 que passa a ter a seguinte redação:

Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades e ofertar um terço das vagas em cursos noturnos até um máximo de 35% em 2020 e 50% em 2016, mediante programas de bolsas de manutenção para os estudantes das escolas públicas, das populações negras, quilombolas e indígenas, e, ainda, estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

#### JUSTIFICAÇÃO:

Os dados do censo do ensino superior mostram que a relação professor X aluno na rede pública é de 12,39. Na rede privada é de 20,34. A proposta do texto original, que não considera que alunos de pós-graduação – em porcentual cada vez maior no total de alunos das IES públicas – exigem do professor uma dedicação no mínimo quatro vezes superior à dos alunos de graduação, é quase igualar essa razão pública com a razão privada. Porém, como se vê, esta diferença está diretamente relacionada com as condições de trabalho dos docentes. Enquanto na rede privada a maioria absoluta das IES restringe-se a atividades de ensino, e contrata mais de cinquenta por cento (50%) de seus docentes em regime de hora/aula (horistas), sem qualquer tempo para pesquisa ou para extensão, na rede pública, com todas as dificuldades, ainda se consegue que os docentes produzam pesquisa e se dediquem proporcionalmente muito mais a atividades de orientação na pós-graduação *stricto sensu*. Isso diminui a carga do tempo de dedicação aos alunos, influenciando diretamente tanto na taxa da relação professoraluno quanto na de conclusão.

Não parece conveniente estabelecer uma taxa de conclusão média, principalmente em níveis tão elevados, para as IES públicas. Isso redundaria, além de em intensificação e precarização do trabalho, muito provavelmente em facilitação contraproducente para os objetivos da qualidade. Dado que isso costuma vir atrelado à concessão de recursos financeiros, para não falar em melhorias salariais.

Dadas as exigências postas de modo diferenciado pela Lei em relação ao implemento por IES organizadas como universidades e como não universidades, sendo a maioria das IES públicas (por serem quase todas universidades) obrigadas a atividades de ensino, pesquisa e extensão, não se deve exigir delas taxas de conclusão média e de relação professor-aluno

quase idênticas às alcançadas pelas IES privadas (mais de 90% delas não universitárias). Em contrapartida, em relação ao aumento proposto de matrículas no ensino noturno, vale a pena considerar os dados da realidade atual. O censo de 2008 indica que 62,6% do total de matrículas na educação superior no Brasil ocorrem no ensino noturno e que, nas IES particulares ou privado/mercantis, este percentual se eleva a 74%. Nas IES públicas, nesse mesmo ano as matrículas no período noturno já ultrapassavam um terço do total, isto é, 37,7%, restando apenas as IES federais, com índices abaixo de um terço: 25,8%. Como se verifica, um dos grandes problemas da educação superior no Brasil é exatamente a sua natureza prioritariamente noturna (quase 2/3).

Trata-se, portanto, de, por um lado, aumentar o percentual de matrículas noturnas nas IES federais, mas de se fazer um grande esforço para diminuir esse percentual especialmente nas IES particulares e privadas, mediante sistemas universais e não apenas focais de bolsas e auxílios reembolsáveis ou não, para que a maioria dos jovens possa dedicar-se integralmente aos estudos e não ser obrigada a fazer dupla jornada – de trabalho e estudo, que é também trabalho qualificado. A presente emenda modificativa retira do texto a parte que trata desta relação e acrescenta um limite superior ao percentual de matrículas no ensino noturno.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2011

PARLAMENTAR

